



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

# CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

## I - Demonstrações Financeiras Separadas

Balanço  
Demonstração dos Resultados  
Demonstração de Alterações no Património Líquido  
Fluxos de Caixa  
Anexo às Demonstrações Financeiras

Abril de 2019

## BALANÇO

Entidade: UAc - Universidade dos Açores  
Balço em 31 de dezembro de 2018

NIPC: 512 017 050  
Euros

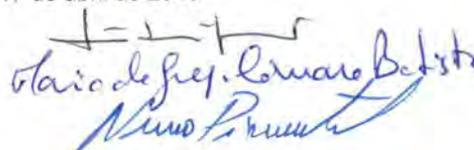
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	44.572.658,74	45.006.705,19
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	5.268,32	6.368,63
Participações financeiras	18	890.910,94	890.910,94
Outros ativos financeiros			
		45.468.838,00	45.903.984,76
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	110.078,85	117.231,71
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	18	4.110,80	5.000,00
Devedores por empréstimos bonificados			
Cientes, contribuintes e utentes	18	1.752.518,77	1.810.944,74
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	18,23	200.938,02	350.938,02
Diferimentos	23	27.487,94	20.116,67
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	519.464,59	330.223,10
		2.614.598,97	2.634.454,24
<b>Total do ativo</b>		48.083.436,97	48.538.439,00
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital		6.901.376,80	6.901.376,80
Outros instrumento de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-8.044.469,99	-8.313.987,99
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		42.585.754,27	43.101.126,05
Resultado líquido do período		242.244,59	269.518,00
Interesses que não controlam			
<b>Total património líquido</b>		41.684.905,67	41.958.032,86
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	1.535.595,16	1.894.259,74
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Outras contas a pagar			
		1.535.595,16	1.894.259,74
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	18	5.891,11	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	2.603,99	2.394,39
Financiamentos obtidos	18	150.000,00	300.000,00
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	18,23	2.509.043,92	2.454.624,80
Diferimentos	23	2.195.397,12	1.929.127,21
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		4.862.936,14	4.686.146,40
<b>Total do passivo</b>		6.398.531,30	6.580.406,14
<b>Total património líquido e passivo</b>		48.083.436,97	48.538.439,00

Ponta Delgada, 17 de abril de 2019

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 17 de abril de 2019



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 17 de abril de 2019



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA**

Entidade: UAc - Universidade dos Açores  
 Demonstração de resultados por natureza do período findo em 31 de dezembro de 2018

NIPC: 512 017 050  
 Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Impostos de taxas	14	2.978.345,90	3.045.832,77
Vendas	13	22.016,40	253,91
Prestações de serviços	13	247.868,91	324.494,90
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	16.689.732,97	16.625.077,31
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-40.589,90	-51.426,26
Fornecimentos e serviços externos	23	-1.456.551,02	-1.459.030,28
Gastos com pessoal	23	-18.036.901,33	-17.820.208,76
Transferências e subsídios concedidos		-435.856,30	-339.944,08
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	8.455,97	122.014,46
Provisões (aumentos/reduções)	15	316.469,19	-189.230,16
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	18	25.000,00	-4.704,53
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	527.381,55	600.792,26
Outros gastos e perdas		-40.640,58	-20.400,60
<b>Resultados antes de depreciações e gastos financeiros</b>		<b>804.731,76</b>	<b>833.520,94</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-546.266,88	-560.352,57
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>258.464,88</b>	<b>273.168,37</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	18	16.759,13	40.845,66
Juros e gastos similares suportados	18	-32.979,42	-44.496,03
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>242.244,59</b>	<b>269.518,00</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultados líquido do período</b>		<b>242.244,59</b>	<b>269.518,00</b>

Ponta Delgada, 17 de abril de 2019

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
 Em 17 de abril de 2019

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
 Em 17 de abril de 2019

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO**

Entidade: UAc - Universidade dos Açores

NIPC: 512 017 050

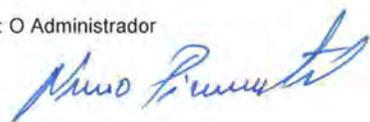
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Euros

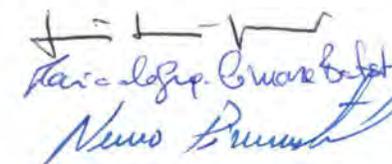
DESCRIÇÃO	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da casa-mãe						Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Património realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período		
<b>POSIÇÃO A 1 de janeiro de 2017</b>	(1)	15.601.376,80	-	(7.582.375,01)	-	-	990.605,50		9.009.607,29
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	(2.466.441,05)	(8.279.833,55)	43.618.283,13	-	-	32.872.008,53
Correções patrimoniais e de erros		(8.700.000,00)	-	744.222,57	8.279.833,55	-	-	-	324.056,12
Aplicação do resultado líquido de 2016		-	-	990.605,50	-	-	(990.605,50)	-	-
Outras alterações reconhecidas no património líquido		-	-	-	-	(517.157,08)	-	-	(517.157,08)
	(2)	(8.700.000,00)	-	(731.612,98)	-	43.101.126,05	(990.605,50)	-	32.678.907,57
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	(3)						269.518,00		269.518,00
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	(4)=(2)+(3)						269.518,00		269.518,00
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de património		-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSIÇÃO A 31 de dezembro de 2017</b>	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6.901.376,80	-	(8.313.987,99)	-	43.101.126,05	269.518,00		41.958.032,86
<b>POSIÇÃO A 1 de janeiro de 2018</b>	(1)	6.901.376,80	-	(8.313.987,99)	-	43.101.126,05	269.518,00		41.958.032,86
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação do resultado líquido de 2017		-	-	269.518,00	-	-	(269.518,00)	-	-
Outras alterações reconhecidas no património Líquido		-	-	-	-	(515.371,78)	-	-	(515.371,78)
	(2)	-	-	269.518,00	-	(515.371,78)	(269.518,00)	-	(515.371,78)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							242.244,59		242.244,59
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	(4)=(2)+(3)						242.244,59		242.244,59
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de património		-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>POSIÇÃO A 31 de dezembro de 2018</b>	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6.901.376,80	-	(8.044.469,99)	-	42.585.754,27	242.244,59		41.684.905,67

Ponta Delgada, 17 de abril de 2019

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 17 de abril de 2019



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 17 de abril de 2019



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Entidade: UAc - Universidade dos Açores  
 Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2018

NIPC: 512 017 050  
 Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		162.883,21	442.973,36
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes		3.102.443,93	3.381.572,03
Pagamentos a fornecedores		-1.510.228,91	-1.524.726,00
Pagamentos ao pessoal		-18.038.151,26	-17.834.691,74
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		-16.283.053,03	-15.534.872,35
Outros recebimentos/pagamentos		16.734.947,97	16.319.698,48
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		451.894,94	784.826,13
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-111.120,12	-54.569,76
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades investimento (b)</b>		-111.120,12	-54.569,76
<b>Recebimentos provenientes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-150.000,00	-600.000,00
Juros e gastos similares		-1.533,33	-13.675,00
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades financiamento (c)</b>		-151.533,33	-613.675,00
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		189.241,49	116.581,37
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		330.223,10	213.641,73
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		519.464,59	330.223,10

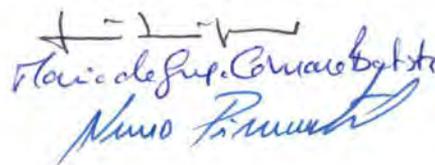
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		330.223,10	213.641,73
- Equivalentes a caixa no início do período		330.223,10	213.641,73
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		330.223,10	213.641,73
De execução orçamental		327.828,71	
De operações de tesouraria		2.394,39	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		519.464,59	213.641,73
- Equivalentes a caixa no fim do período		519.464,59	213.641,73
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		519.464,59	
De execução orçamental		519.464,59	
De operações de tesouraria			

Ponta Delgada, 17 de abril de 2019

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
 Em 17 de abril de 2019



O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
 Em 17 de abril de 2019





UNIVERSIDADE DOS AÇORES

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

### Nota introdutória - Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP

A **Universidade dos Açores** (também designada neste Anexo por UAc ou Entidade) é uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, que adotava como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC - Educação). A entrada em vigor, em 2018, do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), implicou a transição para este referencial contabilístico.

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas ("NCP") expressas no sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, tendo a Entidade preparado o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de janeiro de 2017.

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, a UAc efetuou a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Esta informação é apresentada através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP ou de qualquer efeito no cálculo dos ajustamentos no período anterior.

Na sequência da análise efetuada, o Conselho de Gestão considerou existir os seguintes ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior, decorrentes da adoção pela primeira vez do SNC-AP pela UAc:

- a) Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis, em resultado da análise e reclassificação de todos os *itens* e à correção das diferenças entre o saldo das contas do razão de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis e o respetivo ficheiro de cadastro do património. Estas diferenças provêm de exercícios anteriores e mostra-se impraticável identificar a origem das mesmas, dada a antiguidade e falta de informação para o efeito. À data de 1 de janeiro de 2017, esta correção cifrou-se em 2.171.973 euros (2.171.973 euros em 1 de janeiro de 2018) a débito da rubrica de "Ajustamentos de transição para o SNC-AP" (redução do Património Líquido).
- b) Subsídios ao Investimento, que passam a ser apresentados no Património Líquido, deixando de estar evidenciados no passivo. À data de 1 de janeiro de 2017, esta reclassificação foi no montante



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

de 35.338.450 euros (34.821.293 euros em 1 de janeiro de 2018) a crédito da rubrica "Outras Variações no Património Líquido" (aumento do Património Líquido).

- c) Provisões, pelo reconhecimento de responsabilidades com o reembolso à Caixa Geral de Aposentações (CGA) do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio. À data de 1 de janeiro de 2017, o reconhecimento destas responsabilidades ascendeu a 644.468 euros (602.774 euros em 1 de janeiro de 2018) a débito da rubrica "Ajustamentos de transição para o SNC-AP" (redução do Património Líquido).
- d) Outros acréscimos de rendimentos, pelo reconhecimento do apoio financeiro concedido pela Região Autónoma dos Açores (RAA) à UAc para comparticipação nas despesas com a tripolaridade, que passou a ser reconhecido no ano da atribuição em vez de ser reconhecido apenas quando recebidos (base de caixa). À data de 1 de janeiro de 2017, o reconhecimento deste rendimento de exercícios anteriores foi no montante de 350.000 euros (350.000 euros em 1 de janeiro de 2018) a crédito da rubrica "Ajustamentos de transição para o SNC-AP" (aumento do Património Líquido).

Assim, em 31 de dezembro de 2017 e 1 de janeiro de 2017, a adoção do SNC-AP teve o seguinte efeito no património líquido:

	Ajustamentos	31/12/2017	01/01/2017
<b>Património líquido - POC - Educação</b>		<b>9.561.487,68</b>	<b>9.009.607,29</b>
Conciliação do cadastro do património	a)	-2.171.973,23	-2.171.973,23
Reconhecimento dos subsídios ao investimento	b)	34.821.292,50	35.338.449,58
Reconhecimentos das provisões com pensões	c)	-602.774,09	-644.467,82
Reconhecimento do subsídio da Governo Regional no ano da atribuição	d)	350.000,00	350.000,00
<b>Total dos ajustamentos</b>		<b>32.396.545,18</b>	<b>32.872.008,53</b>
<b>Património líquido - SNC-AP</b>		<b>41.958.032,86</b>	<b>41.881.615,82</b>



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Para o período de 2017, a adoção das NCP originou o seguinte impacto nos resultados do ano como se indica:

	Ajustamentos	2017
<b>Resultado líquido - POC - Educação</b>		<b>227.824,27</b>
Conciliação do cadastro do património	a)	0,00
Reconhecimento dos subsídios ao investimento	b)	0,00
Reconhecimentos das provisões com pensões	c)	41.693,73
Reconhecimento do subsídio da Governo Regional no ano da atribuição	d)	0,00
<b>Total dos ajustamentos</b>		<b>41.693,73</b>
<b>Património líquido - SNC-AP</b>		<b>269.518,00</b>

Os quadros seguintes apresentam a reconciliação para o balanço de abertura do ano de 2018, de acordo com o SNC-AP e a comparação com o balanço de acordo com o normativo anterior.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS	Valores conforme POC-Educação em 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades/reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP em 01/01/2018
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+...+(8)
<b>ATIVO</b>									
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES</b>									
Ativos fixos tangíveis	47.178.678,42						-2.171.973,23		45.006.705,19
Ativos intangíveis	6.368,63								6.368,63
Participações financeiras	890.910,94								890.910,94
<b>Sub total</b>	<b>48.075.957,99</b>						<b>-2.171.973,23</b>		<b>45.903.984,76</b>
<b>ATIVOS CORRENTES</b>									
Inventários	117.231,71								117.231,71
Devedores por transferências e subsídios	5.000,00								5.000,00
Clientes, contribuintes e utentes	1.810.944,74								1.810.944,74
Outras contas a receber	938,02	350.000,00							350.938,02
Diferimentos	20.116,67								20.116,67
Caixa e depósitos	330.223,10								330.223,10
<b>Sub total</b>	<b>2.284.454,24</b>	<b>350.000,00</b>							<b>2.634.454,24</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>50.360.412,23</b>	<b>350.000,00</b>					<b>-2.171.973,23</b>		<b>48.538.439,00</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>									
Património/Capital	6.901.376,80								6.901.376,80
Resultados transitados	-5.847.546,94	-252.774,09					-2.171.973,23		-8.272.294,26
Outras variações no património líquido	8.279.833,55							34.821.292,50	43.101.126,05
Resultado líquido do período	227.824,27								227.824,27
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.561.487,68</b>	<b>-252.774,09</b>					<b>-2.171.973,23</b>	<b>34.821.292,50</b>	<b>41.958.032,86</b>
<b>PASSIVO</b>									
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>									
Provisões	1.291.485,65	602.774,09							1.894.259,74
<b>Sub total</b>	<b>1.291.485,65</b>	<b>602.774,09</b>							<b>1.894.259,74</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>									
Estado e outros entes públicos	2.394,39								2.394,39
Financiamentos obtidos	300.000,00								300.000,00
Outras contas a pagar	2.454.624,80								2.454.624,80
Diferimentos	36.750.419,71						-34.821.292,50		1.929.127,21
<b>Sub total</b>	<b>39.507.438,90</b>						<b>-34.821.292,50</b>		<b>4.686.146,40</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>40.798.924,55</b>	<b>602.774,09</b>					<b>-34.821.292,50</b>		<b>6.580.406,14</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO</b>	<b>50.360.412,23</b>	<b>350.000,00</b>					<b>-2.171.973,23</b>		<b>48.538.439,00</b>



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### Balanço para a primeira prestação de contas em SNC-AP

RUBRICAS	SNC-AP em 31/12/2018	Reexpresso em 31/12/2017	Valores conforme POC-Educação em 31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Ativos fixos tangíveis	44.572.658,74	45.006.705,19	47.178.678,42
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	5.268,32	6.368,63	6.368,63
Participações financeiras	890.910,94	890.910,94	890.910,94
Outros ativos financeiros			
<b>Sub total</b>	<b>45.468.838,00</b>	<b>45.903.984,76</b>	<b>48.075.957,99</b>
<b>ATIVOS CORRENTES</b>			
Inventários	110.078,85	117.231,71	117.231,71
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	4.110,80	5.000,00	5.000,00
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	1.752.518,77	1.810.944,74	1.810.944,74
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	200.938,02	350.938,02	938,02
Diferimentos	27.487,94	20.116,67	20.116,67
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	519.464,59	330.223,10	330.223,10
<b>Sub total</b>	<b>2.614.598,97</b>	<b>2.634.454,24</b>	<b>2.284.454,24</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>48.083.436,97</b>	<b>48.538.439,00</b>	<b>50.360.412,23</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	6.901.376,80	6.901.376,80	6.901.376,80
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	-8.044.469,99	-8.313.987,99	-5.847.546,94
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	42.585.754,27	43.101.126,05	8.279.833,55
Resultado líquido do período	242.244,59	269.518,00	227.824,27
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>41.684.905,67</b>	<b>41.958.032,86</b>	<b>9.561.487,68</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	1.535.595,16	1.894.259,74	1.291.485,65
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
<b>Sub total</b>	<b>1.535.595,16</b>	<b>1.894.259,74</b>	<b>1.291.485,65</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	5.891,11		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	2.603,99	2.394,39	2.394,39
Financiamentos obtidos	150.000,00	300.000,00	300.000,00
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	2.509.043,92	2.454.624,80	2.454.624,80
Diferimentos	2.195.397,12	1.929.127,21	36.750.419,71
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
<b>Sub total</b>	<b>4.862.936,14</b>	<b>4.686.146,40</b>	<b>39.507.438,90</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.398.531,30</b>	<b>6.580.406,14</b>	<b>40.798.924,55</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO</b>	<b>48.083.436,97</b>	<b>48.538.439,00</b>	<b>50.360.412,23</b>



## 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1 - Identificação da entidade

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores.  
Contribuinte: 512017050.
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada.
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento.  
118050200 – Plano.
- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Entidade foi fundada em 09 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Entidade:

- Subsistema universitário:
  - Conselho Científico;
  - Conselho Pedagógico.



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

- Subsistema politécnico:
  - Conselho Técnico-Científico;
  - Conselho Pedagógico.

É órgão de consulta do Reitor o Conselho de Estratégia e Avaliação.

Em 31 de Dezembro de 2018, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitor (Presidente): João Luís Roque Baptista Gaspar;
- Vice-Reitor (Vogal): Maria da Graça Câmara Batista;
- Administrador (Vogal): Nuno Henrique Oliveira Pimentel.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras não são consolidadas em outra entidade.

### **1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

### **Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 17 de abril de 2019, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

### **Derrogação das disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

### **Consistência de apresentação**

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

### **Compensação de saldos e transações**

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

### **Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2018 incluem 450.732,09 euros relativos a receitas consignadas, cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	2018		2017	
Caixa		2.186,97		1.189,60
Depósitos à ordem		517.277,62		329.033,50
Depósitos à ordem no Tesouro	492.411,34		6.002,80	
Depósitos bancários à ordem	24.866,28		323.030,70	
<b>Total de caixa e depósitos</b>		<b>519.464,59</b>		<b>330.223,10</b>

### NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

#### 2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.



## 2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta "437 Outros ativos fixos tangíveis" e "62 Fornecimentos e serviços externos":

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no "Classificador Complementar 2" podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

### **b) Imparidades de ativos**

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### **c) Locações**

A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciáveis e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

### **d) Participações financeiras**

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Entidade exerce o controlo, e em associadas, em que a Entidade tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo. As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

### **e) Inventários**

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

### **f) Instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.



**(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber**

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

**(ii) Caixa e equivalentes de caixa**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

**(iii) Património realizado**

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.

**(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

**(v) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

**g) Imparidade de ativos financeiros**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

**h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

### **i) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

### **j) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

### **k) Rendimentos de transações**

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

### **I) Benefícios dos empregados**

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes, já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Entidade tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

### **m) Especialização de gastos e rendimentos**

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

### **n) Imposto sobre o rendimento**

A Entidade está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento.

### **o) Acontecimentos após a data de relato**

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

## **2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2018, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.



## 2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento de Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

## 2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e / ou períodos futuros

### Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

### Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

## 2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) aos riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pela Entidade; e (iv) responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99,



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

### 2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

A Entidade procedeu à alteração dos procedimentos de determinação de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa relativamente a dívidas de propinas com pagamento em atraso e da estimativa de perdas por imparidade destas dívidas. As alterações consistiram em:

- classificar de cobrança duvidosa as dívidas de propinas de todos os anos letivos terminados, tendo em consideração que após o final de cada ano letivo as dívidas de propinas são remetidas para execução fiscal. Nos exercícios anteriores, as dívidas de propinas relativas ao último ano letivo não eram consideradas de cobrança duvidosa.
- estimar perdas por imparidade de 100% para dívidas de propinas de anos letivos anteriores ao último ano letivo terminado, tendo em consideração as taxas reduzidas de recuperação das dívidas mais antigas, e para as dívidas do último ano letivo terminado foi considerada uma taxa média de perda igual à que se verificou historicamente nas dívidas de anos letivos anteriores. Nos exercícios anteriores eram consideradas perdas de imparidade de 100% para as dívidas classificadas de cobrança duvidosa de propinas.

O impacto individual destas alterações no exercício de 2018 foram: mais 50.762,04 euros em Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e mais 11.216,39 euros em Perdas por imparidade.

### 2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2018 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

### NOTA 3 - Ativos intangíveis

A quantia bruta escriturada e amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era assim resumida:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1.571.829,26	1.565.460,63		6.368,63	1.571.829,26	1.566.560,94		5.268,32
<b>Total</b>	1.571.829,26	1.565.460,63		6.368,63	1.571.829,26	1.566.560,94		5.268,32

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)-(10)
Programas de computador e sistemas de informação	6.368,63						-1.100,31			5.268,32
<b>Total</b>	6.368,63						-1.100,31			5.268,32

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram adições, nem diminuições, nem revalorizações de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

### NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 resume-se como segue:

ATIVOS TANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	8.279.833,55			8.279.833,55	8.279.833,55			8.279.833,55
Edifícios e outras construções	35.130.010,79	519.252,37		34.610.758,42	35.130.010,79	1.038.504,74		34.091.506,05
Equipamento básico	16.874.208,60	15.191.593,11		1.682.615,49	16.885.597,80	15.187.492,20		1.698.105,60
Equipamento de transporte	547.810,92	547.748,55		62,37	547.810,92	547.748,55		62,37
Equipamento administrativo	9.335.581,07	9.062.682,03		272.899,04	9.369.181,74	9.030.332,99		338.848,75
Outros	2.338.072,77	2.177.536,45		160.536,32	2.345.622,56	2.181.320,14		164.302,42
	72.505.517,70	27.498.812,51		45.006.705,19	72.558.057,36	27.985.398,62		44.572.658,74
<b>Total</b>	72.505.517,70	27.498.812,51		45.006.705,19	72.558.057,36	27.985.398,62		44.572.658,74



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ocorreram as seguintes variações:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+ *(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	8.279.833,55									8.279.833,55
Edifícios e outras construções	34.610.758,42						-519.252,37			34.091.506,05
Equipamento básico	1.682.615,49	28.452,65					-12.962,54			1.698.105,60
Equipamento de transporte	62,37									62,37
Equipamento administrativo	272.899,04	74.206,35					-8.256,64			338.848,75
Outros	160.536,32	8.461,12					-4.695,02			164.302,42
	45.006.705,19	111.120,12					-545.166,57			44.572.658,74
<b>Total</b>	<b>45.006.705,19</b>	<b>111.120,12</b>					<b>-545.166,57</b>			<b>44.572.658,74</b>

O montante reconhecido como adições refere-se exclusivamente a aquisições de ativos fixos tangíveis e estão registados pelo preço de fatura.

Não ocorreram diminuições no exercício, com exceção de abates de diversos equipamentos no valor bruto de 58.580,46 euros, totalmente depreciados e fora de uso.

As depreciações do período foram totalmente reconhecidas nos resultados do período.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

### NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)+(4)- (5)+(6)-(7)+(8)
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	117.231,71	33.438,69	40.589,90				35,56	33,91	110.078,85
<b>Total</b>	<b>117.231,71</b>	<b>33.438,69</b>	<b>40.589,90</b>				<b>35,56</b>	<b>33,91</b>	<b>110.078,85</b>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos resultados de 2018 foi de 40.589,90 euros (51.426,26 euros, em 2017).



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

**NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação**

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição:

Tipo de rendimento	2018		2017	
Venda de bens	22.016,40	22.016,40	253,91	253,91
Prestações de Serviços				
Aluguer de instalações	15.452,20		25.892,40	
Ações de formação	42.089,60		31.400,51	
Parque de estacionamento	32.746,79		30.862,03	
Protocolos e acordos	101.654,27		10.576,86	
Outros serviços	55.926,05	247.868,91	225.763,10	324.494,90
Outros rendimentos e ganhos				
Reposições não abatidas aos pagamentos	1.829,98		11.380,21	
Imputação de subsídios e transferências	515.371,78		517.157,08	
Outros	10.179,79	527.381,55	72.254,97	600.792,26
<b>Total rendimentos de transações com contraprestação</b>		<b>797.266,86</b>		<b>925.541,07</b>

**NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento de 2017 reconhecido em	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património líquido
Propinas e taxas	2.966.809,65		1.775.499,86	1.674.986,56		2.941.240,21	
Multas e outra penalidades	11.536,25					104.592,56	
Subtotal	2.978.345,90		1.775.499,86	1.674.986,56		3.045.832,77	
Transferências sem condição	16.405.481,02					16.340.491,73	
Transferências com condição	192.990,35					273.389,03	
Subsídios sem condição	91.261,60					11.196,55	
Subsídios com condição							
Legados, ofertas e doações							
Subtotal	16.689.732,97					16.625.077,31	
<b>Total rendimentos sem contraprestação</b>	<b>22.646.424,77</b>		<b>3.550.999,72</b>	<b>3.349.973,12</b>		<b>22.716.742,85</b>	



### NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2018	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2018
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reduções	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	508.594,65			0,19	0,19		361.202,71		361.202,71	147.392,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	602.774,09	44.733,52			44.733,52	42.195,58			42.195,58	605.312,03
Outras provisões	782.891,00									782.891,00
<b>Total</b>	<b>1.894.259,74</b>	<b>44.733,52</b>		<b>0,19</b>	<b>44.733,71</b>	<b>42.195,58</b>	<b>361.202,71</b>		<b>403.398,29</b>	<b>1.535.595,16</b>

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2017	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2017
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reduções	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	319.364,49	303.230,16			303.230,16		114.000,00		114.000,00	508.594,65
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	644.467,82					41.693,73				602.774,09
Outras provisões	782.891,00									782.891,00
<b>Total</b>	<b>1.746.723,31</b>	<b>303.230,16</b>			<b>303.230,16</b>	<b>41.693,73</b>	<b>114.000,00</b>		<b>114.000,00</b>	<b>1.894.259,74</b>

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o fluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pela Entidade, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1,0% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 01/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

O efeito nos resultados das provisões foi de um rendimento de 316.469,19 euros. No período anterior esse efeito produziu um gasto de 189.230,16 euros.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2018 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos é de 367.230,12 euros.

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2018 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho destes processos, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a estes processos é de 313.840,69 euros.

### **NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 17 de abril de 2019 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018.

### **NOTA 18 - Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Instrumentos Financeiros	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa	2.186,97		2.186,97	1.189,60		1.189,60
Depósitos bancários	517.277,62		517.277,62	329.033,50		329.033,50
<b>Subtotal</b>	<b>519.464,59</b>		<b>519.464,59</b>	<b>330.223,10</b>		<b>330.223,10</b>
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>						
Participações financeiras - Custo						
Investimentos em entidades controladas	748.696,85		748.696,85	748.696,85		748.696,85
Investimentos noutras entidades	162.214,09	20.000,00	142.214,09	187.214,09	45.000,00	142.214,09
Devedores por transferências e subsídios	4.110,80		4.110,80	5.000,00		5.000,00
Clientes, contribuintes e utentes	2.015.130,52	262.611,75	1.752.518,77	2.082.012,46	271.067,72	1.810.944,74
Outras contas a receber	200.938,02		200.938,02	350.938,02		350.938,02
<b>Subtotal</b>	<b>3.131.090,28</b>	<b>282.611,75</b>	<b>2.848.478,53</b>	<b>3.373.861,42</b>	<b>316.067,72</b>	<b>3.057.793,70</b>
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>3.650.554,87</b>	<b>282.611,75</b>	<b>3.367.943,12</b>	<b>3.704.084,52</b>	<b>316.067,72</b>	<b>3.388.016,80</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	5.891,11		5.891,11			
Estado e outros entes públicos	2.603,99		2.603,99	2.394,39		2.394,39
Financiamentos obtidos	150.000,00		150.000,00	300.000,00		300.000,00
Outras contas a pagar	2.509.043,92		2.509.043,92	2.454.624,80		2.454.624,80
<b>Subtotal</b>	<b>2.667.539,02</b>		<b>2.667.539,02</b>	<b>2.757.019,19</b>		<b>2.757.019,19</b>
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>2.667.539,02</b>		<b>2.667.539,02</b>	<b>2.757.019,19</b>		<b>2.757.019,19</b>

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2018 / 2019, no montante de 1.674.987 euros (1.775.499,86 euros, em 2017). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.797.782 euros em 31 de dezembro de 2018 (1.794.364 euros, em 2017), são reconhecidos em Diferimentos.

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

Clientes cobrança duvidosa	31.12.2018	Aumento	Redução	31.12.2017
Clientes	82.034,37	-	8.961,63	90.996,00
Utentes	220.123,03	113.493,47	73.442,44	180.072,00
<b>Total</b>	<b>302.157,40</b>	<b>113.493,47</b>	<b>82.404,07</b>	<b>271.068,00</b>

No ponto "3.4 – Propinas" do Relatório de Contas é apresentada uma análise detalhada sobre a evolução das propinas em dívida de anos letivos anteriores.



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas por análise agregada, tendo em consideração as taxas médias de recuperação históricas. Neste contexto, foram consideradas perdas por imparidade de 100% para dívidas remanescentes de propinas de anos letivos anteriores ao último ano letivo terminado, tendo em consideração as taxas reduzidas de recuperação dessas dívidas mais antigas. Para as dívidas do último ano letivo terminado foi considerada uma taxa de recuperação de 79,8%, igual à taxa média de recuperação acumulada que se verificou historicamente para as dívidas de anos letivos anteriores.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte nos períodos apresentados:

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2018	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2018
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos em entidades controladas				
Investimentos noutras entidades	45.000,00		25.000,00	20.000,00
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	90.995,61		8.961,24	82.034,37
Utentes	180.072,11	505,27		180.577,38
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>316.067,72</b>	<b>505,27</b>	<b>33.961,24</b>	<b>282.611,75</b>

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2017	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2017
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos em entidades controladas				
Investimentos noutras entidades	40.295,47	4.704,53		45.000,00
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	104.111,38		13.115,77	90.995,61
Utentes	288.970,80	17.525,60	126.424,29	180.072,11
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>433.377,65</b>	<b>22.230,13</b>	<b>139.540,06</b>	<b>316.067,72</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em 31 de dezembro de 2018, verificava-se uma situação de incumprimento no seguinte empréstimo obtido pela Entidade:

Entidade	Data do contrato	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamento de anos anteriores			Pagamento do ano			Encargos vencidos e não pagos (1)
			Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	28/06/2012	6 anos	2.750.000,00	2.750.000,00	2%	2%	2.450.000,00	185.886,00	2.635.886,00	150.000,00	1.533,00	151.533,00	154.560,38
<b>Total</b>			2.750.000,00	2.750.000,00			2.450.000,00	185.886,00	192.062,23	150.000,00	1.533,00	151.533,00	154.560,38

(1) Inclui juros calculados com adicional de taxa de mora de 2,0%.

O empréstimo foi concedido pelo Estado Português no contexto da aprovação do plano de reequilíbrio financeiro da UAc. Para a execução deste plano, a UAc obteve do Governo da República, até 2016, transferências financeiras extraordinárias que permitiram o pagamento do serviço da dívida nesses anos. Contudo, nos anos de 2017 e 2018, a UAc não recebeu essas transferências. Adicionalmente, em 2018, a UAc não teve sequer aumento de dotações do Orçamento de Estado para fazer face ao aumento das despesas com pessoal decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2018. Neste contexto e na ausência de saldos orçamentais de anos anteriores, tornou-se impossível assegurar o pagamento integral do serviço da dívida em 2018, pelo que se encontra em incumprimento o pagamento da última prestação, que se venceu em 15 de maio de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os rendimentos e gastos de juros e similares de ativos e passivos financeiros eram os seguintes:

	2018	2017
Rendimentos de juros de ativos financeiros		
Clientes, contribuintes e utentes	16.759,13	40.845,66
<b>Total de juros e rendimentos similares</b>	<b>16.759,13</b>	<b>40.845,66</b>
Gastos de juros para passivos financeiros		
Financiamentos obtidos	5.327,04	12.767,79
Serviços bancários	27.652,38	31.728,24
<b>Total de juros e gastos similares</b>	<b>32.979,42</b>	<b>44.496,03</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outras contas a pagar contempla essencialmente a previsão para férias e subsídios de férias no montante de 2.451.580 euros (2.407.397 euros, em 2017), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo..



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou outras entidades são:

Entidades		31/12/2018				31/12/2017			
Denominação	Natureza da entidade	Valor nominal da participação	%	Imparidade	Quantia líquida	Valor nominal da participação	%	Imparidade	Quantia líquida
<b>Investimentos em entidades controladas</b>									
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	748.196,85	100,0%	-	748.196,85	748.196,85	100,0%	-	748.196,85
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	500,00	100,0%	-	500,00	500,00	100,0%	-	500,00
Subtotal		748.696,85		-	748.696,85	748.696,85		-	748.696,85
<b>Investimentos em associadas</b>									
Observatório Regional do Turismo	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	20.000,00	22,0%	20.000,00	-	20.000,00	22,0%	20.000,00	-
Subtotal		20.000,00		20.000,00	-	20.000,00		20.000,00	-
<b>Investimentos noutras entidades</b>									
INOVA	Pessoa Coletiva de Direito Privado	92.354,30	13,0%	-	92.354,30	92.354,30	13,0%	-	92.354,30
AUP – Associação das Universidades Portuguesas	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	49.859,79	3,3%	-	49.859,79	49.859,79	3,3%	-	49.859,79
Azores Parque, SA	Sociedade Anónima	-	-	-	-	25.000,00	2,5%	25.000,00	-
Subtotal		142.214,09		-	142.214,09	167.214,09		25.000,00	142.214,09
<b>Total de Investimentos financeiros</b>		<b>910.910,94</b>		<b>20.000,00</b>	<b>890.910,94</b>	<b>935.910,94</b>		<b>45.000,00</b>	<b>890.910,94</b>

A participação na entidade Azores Parque, SA foi anulada em 2018, na sequência de decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2018 o montante relativo a esta participação está registado no balanço na rubrica de "Outras contas a receber" e a imparidade anteriormente reconhecida foi revertida por ganhos do exercício, registada na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis".

### NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A Entidade está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Denominação	Natureza da entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAc	Serviço da UAc com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

As transações que ocorreram nos exercícios de 2018 e 2017, por natureza de partes relacionadas, foram:



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Transações	31.12.2018				31.12.2017			
	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros
Entidades controladas	-	-	25.955,03	124.009,00	-	-	26.075,04	123.611,00
Pessoas-chave da gestão	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Transações entre partes relacionadas</b>	-	-	<b>25.955,03</b>	<b>124.009,00</b>	-	-	<b>26.075,04</b>	<b>123.611,00</b>

Em 31 de dezembro de 2018, as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família eram:

Cargo	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	457.577,38	-	-	-
Membros próximos da família	1	50.746,25	-	-	-

(\*) Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

### NOTA 21 - Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAc. De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006 na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

### NOTA 23 – Outras Divulgações

#### Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Outras contas a receber era constituída por:

Outras Contas a receber	31.12.2018	31.12.2017
Reposições de vencimentos	938,02	938,02
GRA - apoio tripolaridade	175.000,00	350.000,00
Azores Parque - Soc. Desenv. Gest. Parq.	25.000,00	-
<b>Total</b>	<b>200.938,02</b>	<b>350.938,02</b>



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras contas a pagar	31.12.2018	31.12.2017
Especialização de férias e subsídio de férias	2.451.580,35	2.407.397,06
Juros a liquidar	4.560,38	766,67
Outros acréscimos de gastos	52.903,19	46.461,07
<b>Total</b>	<b>2.509.043,92</b>	<b>2.454.624,80</b>

### Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Diferimentos do ativo e do passivo eram constituídas por:

Diferimentos (ativo)	31.12.2018	31.12.2017
Outros gastos a reconhecer	27.487,94	20.116,67
<b>Total</b>	<b>27.487,94</b>	<b>20.116,67</b>

Diferimentos (passivo)	31.12.2018	31.12.2017
Propinas	1.797.981,78	1.794.364,33
American Coner	23.193,36	-
Bolsas de mobilidade - Edição 2017/2019 - contrato 2017-1-PT01-KA103-035276	17.399,08	73.154,10
Bolsas de mobilidade - Edição 2018/2020 - contrato 2018-1-PT01-KA103-046781	82.142,00	-
Bolsas de mobilidade - Edição Atlantic Madeira - contrato 2018-1PT01-KA103-046987	63.445,22	-
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2015-1-PT01-KA103-012463	2.493,45	-
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2016-1-PT01-KA103-022445	8.439,74	8.551,94
Bolsas Santander	23.540,58	-
Ecofibras	36.222,53	10.964,32
Ecomarport	6.024,80	7.003,58
Erasmus - Acores - 2015-1-PT01-KA103-012519	1.416,78	919,90
Erasmus - Acores - 2016-PT01-KA103-022313	7.607,54	12.591,00
Heatstore - Geothermica Era-Net	35.175,12	-
MacBioBlue	22.460,07	3.940,21
Peruvmac II	21.064,54	3.886,81
Projeto RoboACT - Robots in Action	1.656,55	2.134,08
Rebecca	24.148,56	6.182,44
Volriskmac	5.434,60	5.434,60
Despesas executadas em 2019, que aguardam pagamento	15.550,82	-
<b>Total</b>	<b>2.195.397,12</b>	<b>1.929.127,31</b>

### Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:



## UNIVERSIDADE DOS AÇORES

<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	84.909,49	109.791,69
Publicidade, comunicação e imagem	30.441,33	26.634,81
Vigilância e segurança	110.521,92	107.256,36
Honorários	305.118,41	281.335,93
Conservação e reparação	93.679,08	60.857,49
Materiais de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.452,48	2.120,73
Livros e documentação técnica	391,98	
Material de escritório	10.919,40	10.001,84
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	7.208,56	2.442,13
Material de educação, cultura e recreio	715,57	
Produtos químicos e de laboratórios	15.097,43	9.850,58
Outros materiais	50.484,70	
Energia e fluidos		
Electricidade	352.901,00	367.607,11
Combustíveis e lubrificantes	6.058,54	6.309,79
Água	58.913,36	57.549,65
Outros	259,05	18,72
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	83.919,71	104.168,70
Transporte de mercadorias e outros bens	210,06	453,07
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	97,40	162,90
Comunicação	19.586,48	26.687,45
Seguros	9.924,42	10.143,88
Contencioso e notariado	184,95	
Limpeza, higiene e conforto	920,68	773,37
Outros serviços	210.635,02	274.864,08
<b>Total</b>	<b>1.456.551,02</b>	<b>1.459.030,28</b>

### Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	457.577,38	306.246,01
Abonos variáveis ou eventuais	1.304,59	2.560,40
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	14.159.089,83	14.115.311,68
Abonos variáveis ou eventuais	16.767,74	14.158,43
Indemnizações	8.849,50	19.429,00
Encargos sobre remunerações	3.351.075,48	3.294.699,96
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.996,23	7.903,26
Outros gastos com o pessoal	460,95	133,61
Outros encargos sociais	35.779,63	59.766,41
<b>Total</b>	<b>21.387.976,81</b>	<b>17.820.208,76</b>